



UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COSEAC - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SEAP - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA



EDITAL Nº 2/2024

Cargo: Inspetor de Polícia Penal

Nível: Superior

Leia atentamente todas as informações da Capa deste Caderno de Questões antes de começar a Prova.

- 1- Confira se constam do **Caderno de Questões recebido**, de forma legível, **80 (oitenta)** questões de múltipla escolha. O candidato deverá marcar, para cada questão, somente uma das 5 (cinco) opções de resposta, sendo apenas uma das respostas a correta. Será atribuída pontuação zero à questão da prova que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, emenda ou rasura.
- 2- Confira se seus dados no **Cartão de Respostas** estão corretos e, em caso afirmativo, assine-o. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal. Leia atentamente as instruções para seu preenchimento.
- 3- O candidato só poderá portar sobre a mesa a caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher no **Cartão de Respostas** as opções escolhidas, não sendo permitido fazer uso de qualquer outro objeto para assinalar as respostas ou para efeito rascunho.
- 4- O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O seu preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Cartão de Respostas**. O tempo para seu preenchimento está incluído no tempo máximo para a realização da prova.
- 5- O tempo disponível para realizar esta prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de no mínimo, **uma hora e trinta minutos**, e de no máximo, **cinco horas**.
- 6- Evite a eliminação no concurso:
 - a) Se estiver portando celular, instrumento auxiliar para cálculo ou desenho, qualquer dispositivo eletrônico que sirva de consulta ou comunicação, mantenha-os acondicionados no envelope de segurança fornecido pelo fiscal de sala, lacrado e devidamente desligados no caso de aparelhos de comunicação.
 - b) Não perturbar, de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou provocar debates sobre qualquer que seja o tema.
- 7- O candidato poderá levar o seu **Caderno de Questões**, faltando uma hora para o término da prova, com a devida permissão da equipe de fiscalização.
- 8- É de responsabilidade do candidato entregar ao fiscal de sala o **Cartão de Respostas** devidamente assinado e com a frase para o exame grafotécnico, contida na **Capa do Caderno de Questões**, transcrita no Campo apropriado. A não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.

A COSEAC/UFF DESEJA A TODOS UMA BOA PROVA

FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO CAMPO "EXAME
GRAFOTÉCNICO"

Não é tarde demais para buscar um mundo mais novo.

Heráclito de Éfeso

BLOCO 1 – CONHECIMENTOS GERAIS

• Língua Portuguesa

Texto

Regulamentação da Polícia Penal – Desafios de Ontem e de Hoje

João Vitor Rodrigues Loureiro*

Uma das primeiras e mais importantes reflexões sobre qualquer profissão, na atualidade, diz respeito a seu grau de especialização. Há razões que nos levam a crer que, quanto mais especializadas uma área de conhecimento e atuação profissional, mais seus profissionais encontram algum grau de apoio público, reconhecimento e respaldo para atuarem. Buscamos, por exemplo, se sentimos urticária, inicialmente um dermatologista; se precisamos consertar um computador, recorremos a um técnico especializado em reparos de computadores; se queremos nos divorciar, buscamos um advogado especializado em divórcios etc. A modernidade estabeleceu-se na premissa de especialização do conhecimento, legitimando diversos tipos de atores em processos de solidariedade e coesão social.

Não é diferente com a segurança pública. Atualmente, para citarmos alguns exemplos, existem grupos especializados para combate ao crime organizado (nos aspectos investigativos, no âmbito das polícias judiciárias estaduais e Federal), batalhões específicos da PM voltados para repressão a crimes de violência contra as mulheres, ou mesmo o policiamento nas rodovias federais, que foi concebido por meio de uma carreira específica para esse fim.

Embora segurança pública encontre esteio em uma série de atividades muito além das de natureza policial – como aquelas relacionadas aos processos de prevenção primária, que visa promover direitos, inclusão social, mediante oferta de acessos sociais diversos que evitem a decisão pelo desvio –, nosso modelo de profissionalização sistêmica desse campo centraliza-se nas polícias, no que se refere à operacionalização – e não à estratégia – do Sistema Único de Segurança Pública, previsto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Usando-se dessa noção, mas com a real motivação de valorização dos ex-agentes penitenciários, em 2019, foi incluída uma nova categoria no art. 144, VI, da Constituição: os policiais penais. O contexto das atividades desses profissionais está adstrito a um objetivo da Lei de Execução Penal, “a reintegração social”. Inclusive, é possível afirmar que, no ciclo do Sistema Penal, esse campo é o da Política Penal, do cumprimento das decisões judiciais no campo da punição – não das ações ostensivas, repressivas e de investigação da segurança pública, mesmo que o sistema prisional colabore para os objetivos da Política

Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, art. 6º, da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Considerando essa problemática, embora as regulamentações dependam de regramentos estaduais, algumas diretrizes nacionais mínimas para a atuação desses profissionais, se por um lado são desejáveis – do ponto de vista das atitudes, competências e habilidades exigidas –, por outro, também podem representar certos riscos, se não forem definidas a partir de um amplo processo de discussão e escrutínio públicos, mediante a participação dos setores diversos que compreendem as atividades relacionadas à execução penal. Trata-se de desafios relacionados a atuações historicamente sedimentadas ou ainda em aberto, em disputa na conformação do papel desses profissionais.

Por quê? As atividades de custódia são apenas uma parte de um grande conjunto que forma o arco dos chamados serviços penais, hoje também estruturados, em nível nacional, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública: a Secretaria Nacional de Serviços Penais – Senappen (outrora Depen). Muito além das rotinas de vigilância (em muralhas, torres e postos de entrada/saída, acompanhamento de retirada/reingresso em celas e vivências, acompanhamento em audiências judiciais, inspeções internas e pessoais), o policial penal constitui-se num elo essencial para a regularidade dos serviços prisionais e atuação das demais carreiras profissionais integrantes do sistema, garantindo o exercício de serviços assistenciais e direitos diversos (como saúde, educação, trabalho, assistência jurídica, rotina de visitantes) na prisão. Além deles, os serviços relacionados à custódia provisória e à vida pós-prisão (serviços de acompanhamento de medidas em meio aberto, por exemplo) podem estar ou não associados à atividade do policial penal.

Apesar de sua importância, é preciso também compreender os limites de atuação desses profissionais: daí a necessidade de definição de um mandato estatutário, que compreenda seu caráter operacional para o funcionamento dos serviços, sua natureza civil, sua distinção com relação às atividades desempenhadas pelas demais polícias (não lhes competindo exercer atividades investigativas ou de prevenção de crimes em ambiente externo à prisão), os limites para uso de armamento letal e menos letal, sua distinção em relação às competências, habilidades e atitudes dos múltiplos perfis profissionais que exercem a gestão estratégica dos serviços penais (a qual também pode ser desempenhada por esses profissionais, embora não exclusivamente por eles).

No processo de regulamentação de carreiras, outro risco importante se refere à “captura” ou ao mimetismo em relação a outras carreiras: um policial

penal no nível dos estados certamente lida com
105 desafios e rotinas muito distintos daqueles que
compreendem as atividades dos policiais penais
federais. Estabelecer essas diferenças e considerar a
diversidade dos tipos de estabelecimento de custódia e
serviços abrangidos é essencial nesse processo.

110 Nesse sentido, com vistas a contribuir para esse
debate, o Laboratório de Gestão de Políticas Penais, em
parceria com uma rede de signatários, elaborou
recentemente o documento intitulado
115 “Regulamentação da Polícia Penal – questões centrais
para qualificar a discussão sobre a polícia penal e a
Política Penal”. É um convite para a mobilização de toda
a sociedade em torno de algo que a atinge diretamente.

*Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pesquisador
vinculado ao Laboratório de Gestão de Políticas Penais da UnB –
LabGEPEN/UnB

Disponível em:
<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/regulamentacao-da-policia-penal-desafios-de-ontem-e-de-hoje/>. Acesso em: 1 jul.2024.

01 Em termos sintáticos, tendo em vista o primeiro
período do texto (“Uma das primeiras e mais
importantes reflexões sobre qualquer profissão, na
atualidade, diz respeito a seu grau de especialização”)
(linhas 1-3), é correto afirmar que

- (A) o sujeito é composto: “Uma das primeiras e mais importantes reflexões”.
- (B) o objeto é indireto devido à presença da preposição “a”: “a seu grau de especialização”.
- (C) trata-se de um período simples.
- (D) não há termos coordenados.
- (E) há um aposto.

02 O texto de João Vitor Rodrigues Loureiro é
predominantemente expositivo. Esse tipo de texto
consiste

- (A) em uma sequenciação própria de fatos que envolvem personagens movidos por certos propósitos e respectivas ações encadeadas na linha do tempo, seja por simples sucessão cronológica, seja por relações de causa e efeito.
- (B) no emprego de formas da língua com que o enunciador explicita sua intenção de ordenar/incitar o destinatário, ouvinte ou leitor, a praticar atos e ter atitudes.
- (C) no encadeamento de traços que servem para caracterizar a composição de um ambiente, de um ser vivo, de um objeto, de um conteúdo, de um evento.
- (D) em um encadeamento de informações com vistas à explicação sobre um fato ou uma matéria.
- (E) na apresentação de uma ou mais instruções que são inquestionáveis e que, portanto, devem ser seguidas integralmente.

03 Todas as palavras das opções a seguir podem
substituir aquela sublinhada no trecho “Embora
segurança pública encontre esteio em uma série de
atividades...” (linhas 26-27), EXCETO:

- (A) resiliência
- (B) amparo
- (C) arrimo
- (D) apoio
- (E) sustentáculo

04 O complemento nominal é um elemento sintático
que completa o sentido de um nome (substantivo abstrato,
adjetivo ou advérbio), sendo subordinado a esse nome por
meio de uma preposição. Um exemplo de complemento
nominal encontra-se sublinhado na seguinte opção:

- (A) “Atualmente, para citarmos alguns exemplos, existem grupos especializados para combate ao crime organizado...” (linhas 18-20)
- (B) “...outro risco importante se refere à “captura” ou ao mimetismo em relação a outras carreiras...” (linhas 102-103)
- (C) “...quanto mais especializadas uma área de conhecimento e atuação profissional, mais seus profissionais encontram algum grau de apoio público...” (linhas 4-6)
- (D) “...um policial penal no nível dos estados certamente lida com desafios e rotinas muito distintos...” (linhas 103-105)
- (E) “A modernidade estabeleceu-se na premissa de especialização do conhecimento...” (linhas 13-14)

05 A palavra “se” encontra-se presente em várias
passagens do texto. Essa palavra, dependendo da função
que desempenhe, pode ser classificada como conjunção
subordinativa condicional, conjunção subordinativa
integrante, pronome oblíquo, partícula apassivadora etc.
Indique o trecho em que a palavra “se”, em destaque,
denota uma hipótese, pertencendo, então, à classe das
conjunções subordinativas condicionais.

- (A) “...nosso modelo de profissionalização sistêmica desse campo centraliza-se nas polícias, no que se refere à operacionalização (...) do Sistema Único de Segurança Pública...” (linhas 31-35)
- (B) “...se precisamos consertar um computador, recorreremos a um técnico especializado em reparos de computadores...” (linhas 9-11)
- (C) “Usando-se dessa noção, mas com a real motivação de valorização dos ex-agentes penitenciários, em 2019, foi incluída uma nova categoria no art. 144, VI, da Constituição...” (linhas 37-40)
- (D) “A modernidade estabeleceu-se na premissa de especialização do conhecimento...” (linhas 13-14)
- (E) “Trata-se de desafios relacionados a atuações historicamente sedimentadas ou ainda em aberto...” (linhas 61-63)

06 Tendo em vista a correlação adequada entre tempos verbais na linguagem culta formal, analise as diferentes versões do trecho "... se precisamos consertar um computador, recorreremos a um técnico especializado em reparos de computadores..." (linhas 9-11)

- 1 se precisarmos consertar um computador, recorreremos a um técnico especializado em reparo de computadores.
- 2 se precisássemos consertar um computador, recorreríamos a um técnico especializado em reparo de computadores.
- 3 se precisamos consertar um computador, estaremos recorrendo a um técnico especializado em reparo de computadores.
- 4 se precisávamos consertar um computador, recorríamos a um técnico especializado em reparo de computadores.

Considerando a linguagem culta formal,

- (A) apenas 1, 2 e 3 estão adequadas.
(B) apenas 2, 3 e 4 estão adequadas.
(C) apenas 1, 3 e 4 estão adequadas.
(D) apenas 1, 2 e 4 estão adequadas.
(E) todas estão adequadas.

07 Na formação da palavra "reconhecimento", observa-se o elemento inicial "re-", denominado prefixo, que pode significar "movimento para trás, repetição, reciprocidade, intensidade". Considerando o estágio atual da Língua Portuguesa, indique, dentre as opções abaixo, o substantivo que contém esse prefixo.

- (A) Relação (D) Regramentos
(B) Recentemente (E) Reintegração
(C) Regulamentação

08 De acordo com o texto, a gestão estratégica dos serviços penais pode ser desempenhada

- (A) pela Polícia Penal, embora não exclusivamente.
(B) apenas pelas polícias militares.
(C) apenas pelas polícias civis.
(D) exclusivamente pela Polícia Federal.
(E) apenas pelas polícias civis e militares.

09 A palavra "que", como pronome relativo, em um período composto, tem como uma de suas características retomar um termo anterior, passando a representá-lo na oração seguinte. Tendo isso em consideração, descarta-se a hipótese de a palavra "que" sublinhada ser pronome relativo no seguinte trecho:

- (A) "Há razões que nos levam a crer que, quanto mais especializadas uma área de conhecimento e atuação profissional, mais seus profissionais encontram algum grau de apoio público..." (linhas 3-6)

(B) "É um convite para a mobilização de toda a sociedade em torno de algo que a atinge diretamente." (linhas 116-117)

(C) "Inclusive, é possível afirmar que, no ciclo do Sistema Penal, esse campo é o da Política Penal, do cumprimento das decisões judiciais no campo da punição..." (linhas 43-46)

(D) "...daí a necessidade de definição de um mandato estatutário, que compreenda seu caráter operacional para o funcionamento dos serviços, sua natureza civil, sua distinção..." (linhas 88-91)

(E) "...um policial penal no nível dos estados certamente lida com desafios e rotinas muito distintos daqueles que compreendem as atividades dos policiais penais federais." (linhas 103-107)

10 Com relação aos gêneros textuais, o texto elaborado por João Vitor Rodrigues Loureiro pertence ao gênero

- (A) editorial. (D) reportagem.
(B) artigo. (E) relatório.
(C) crônica.

11 O trecho em que o verbo sublinhado encontra-se flexionado no Presente do Subjuntivo está na seguinte opção:

(A) "No processo de regulamentação de carreiras, outro risco importante se refere à "captura" ou ao mimetismo em relação a outras carreiras..." (linhas 101-103)

(B) "As atividades de custódia são apenas uma parte de um grande conjunto que forma o arco dos chamados serviços penais..." (linhas 65-67)

(C) "Embora segurança pública encontre esteio em uma série de atividades muito além das de natureza policial ..." (linhas 26-28)

(D) "Atualmente, para citarmos alguns exemplos, existem grupos especializados para combate ao crime organizado..." (linhas 18-20)

(E) "Uma das primeiras e mais importantes reflexões sobre qualquer profissão, na atualidade, diz respeito a seu grau de especialização." (linhas 1-3)

12 No trecho "Apesar de sua importância, é preciso também compreender os limites de atuação desses profissionais: daí a necessidade de definição de um mandato estatutário..." (linhas 86-89), a função da expressão "apesar de" é

- (A) admitir fato contrário à ação principal, que não é capaz de impedi-la.
(B) estabelecer uma relação de causa e efeito.
(C) condicionar a ocorrência ou existência de algo.
(D) demonstrar a consequência de determinada ação.
(E) expressar uma finalidade.

13 De acordo com o texto, as atividades de custódia

- (A) são o mesmo que serviços penais.
- (B) são exercidas apenas em nível nacional.
- (C) foram criadas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- (D) são de competência exclusiva da polícia penal.
- (E) constituem uma parte do conjunto de serviços penais.

14 Assinale a opção em que todas as palavras não recebem acento gráfico devido a sua tonicidade na penúltima sílaba (paroxítonas) e a sua terminação.

- (A) distinção – distintos – contribuir – intitulado – captura
- (B) intitulados – distintos – atitudes – cumprimento – embora
- (C) processo – civil – penais – essencial – policiais
- (D) embora – contribuir – civil – policiais – repressão
- (E) penais – captura – gestão – atividades – essencial

15 No trecho sublinhado em “Há razões que nos levam a crer que, quanto mais especializadas uma área de conhecimento e atuação profissional, mais seus profissionais encontram algum grau de apoio público, reconhecimento e respaldo para atuarem” (linhas 3-7), observa-se, conforme classificação apresentada pela gramática normativa, uma relação de

- (A) causalidade.
- (B) finalidade.
- (C) temporalidade.
- (D) adversidade.
- (E) proporcionalidade.

16 A expressão “nesse sentido”, no início do último parágrafo do texto, pode ser substituída, sem alteração de significado, por todas as expressões a seguir, EXCETO:

- (A) por conseguinte.
- (B) assim sendo.
- (C) em vista disso.
- (D) não obstante.
- (E) logo.

17 De acordo com o texto, as várias atribuições dos policiais penais dos estados

- (A) se aproximam daquelas com as quais lidam os policiais penais federais.
- (B) são exatamente as mesmas com as quais lidam os policiais penais federais.
- (C) diferem em muito daquelas com as quais lidam os policiais penais federais.
- (D) são inferiores àquelas com as quais lidam os policiais penais federais.
- (E) são mais importantes que aquelas com as quais lidam os policiais penais federais.

18 Nos fragmentos “Trata-se de desafios relacionados a atuações historicamente sedimentadas...” (linhas 61-62) e “Além deles, os serviços relacionados à custódia provisória...” (linhas 81-82), observamos duas ocorrências da palavra “relacionados”, sendo, na primeira vez, seguido do “a” sem o sinal indicativo da crase, e, na segunda, com o sinal presente. Sobre isso, é correto afirmar que

- (A) os dois deveriam receber acento indicativo de crase, pois completam o sentido de uma mesma palavra (relacionados).
- (B) nenhum dos dois deveria receber o acento indicativo da crase por serem antecedidos pela mesma palavra (relacionados).
- (C) o primeiro (“a”) é apenas um artigo definido, enquanto o segundo (“à”) representa a contração do artigo definido “a” com o pronome demonstrativo “a”.
- (D) o primeiro (“a”) é apenas uma preposição, enquanto o segundo (“à”) representa a contração da preposição “a” com o artigo definido “a”.
- (E) a ligação do adjetivo “relacionados” com seu complemento nominal pode ser feita facultativamente pela preposição “a” ou pela contração “à”.

19 Sabendo-se que dígrafos são duplas de letras que representam, na ortografia da Língua Portuguesa, apenas um som (fonema), dentre as opções a seguir, aquela em que todas as palavras retiradas do texto possuem dígrafo é a seguinte:

- (A) carreira – qual – segurança – chamados – trabalho.
- (B) fim – regularidade – recorreremos – aquelas – repressão.
- (C) conhecimento – queremos – torres – adstrito – mulheres
- (D) profissão – exemplo – integrantes – aquelas – chamados.
- (E) algum – inclusão – contribuir – signatários – quanto

20 Numa redação oficial, todos os atributos a seguir devem ser respeitados, EXCETO:

- (A) subjetividade
- (B) clareza e precisão
- (C) coesão e coerência
- (D) impessoalidade
- (E) formalidade e padronização

21 O Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2018) informa que “...havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando”. Para uniformizá-los, determina-se a

adoção de nomenclatura e diagramação únicas, o que se denomina padrão

- (A) memorando. (D) e-mail.
(B) ofício. (E) aviso.
(C) carta.

22 Numa situação formal hipotética, o presidente do Sindicato dos Policiais Penais envia convite, diretamente, ao Governador do Estado para a cerimônia de inauguração da sede própria da instituição. A forma de tratamento a ser utilizada deve ser:

- (A) Convidamos Vossa Excelência para a cerimônia de inauguração da sede própria do nosso Sindicato a ser realizada no próximo dia 31 de janeiro. Estamos certos de que sua presença aumentará em muito a importância do evento.
(B) Convidamos Sua Senhoria para a cerimônia de inauguração da sede própria do nosso Sindicato a ser realizada no próximo dia 31 de janeiro. Estamos certos de que sua presença aumentará em muito a importância do evento.
(C) Convidamos Vossa Excelência para a cerimônia de inauguração da sede própria do nosso Sindicato a ser realizada no próximo dia 31 de janeiro. Estamos certos de que vossa presença aumentará em muito a importância do evento.
(D) Convidamos Sua Excelência para a cerimônia de inauguração da sede própria do nosso Sindicato a ser realizada no próximo dia 31 de janeiro. Estamos certos de que sua presença aumentará em muito a importância do evento.
(E) Convidamos Vossa Senhoria para a cerimônia de inauguração da sede própria do nosso Sindicato a ser realizada no próximo dia 31 de janeiro. Estamos certos de que vossa presença aumentará em muito a importância do evento.

23 Analise a estrutura das frases que apresentam algumas atribuições do policial penal.

- I Vigilância em muralhas, torres e postos de entrada/saída;
II executar serviços relacionados à custódia provisória e à vida pós-prisão;
III assistência na retirada/reingresso em celas e vivências e
IV acompanhar audiências judiciais, inspeções internas e pessoais.

Nessa relação, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (2018), observa-se o seguinte problema:

- (A) pouca clareza.
(B) falta de paralelismo.

- (C) inadequação no uso de conectivos.
(D) excesso de prolixidade.
(E) pouca objetividade.

24 Conforme determina o Manual de Redação da Presidência da República (2018), a grafia das siglas e acrônimos deve obedecer a todas as regras a seguir, EXCETO:

- (A) “Siglas compostas por até três letras devem ser escritas em letras maiúsculas.” (Exemplo: Organização dos Estados Americanos – OEA.)
(B) “Siglas compostas por mais de três letras pronunciadas separadamente devem ser escritas em letras maiúsculas.” (Exemplo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.)
(C) “Siglas utilizadas no plural devem ser escritas com –s maiúsculo no final apenas no caso de as letras da sigla serem pronunciadas separadamente.” (Exemplo: Tribunais Regionais Eleitorais – TRES.)
(D) “Siglas compostas por mais de três letras pronunciadas formando uma palavra devem ser escritas apenas com a inicial maiúscula.” (Exemplo: Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.)
(E) “Siglas em que haja leitura mista (parte é pronunciada pela letra e parte como palavra) podem ser grafadas com todas as letras maiúsculas.” (Exemplo: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.)

25 Com base no Manual de Redação da Presidência da República (2018), analise as seguintes assertivas sobre o uso da vírgula:

- 1) A vírgula é utilizada para separar palavras ou orações paralelas justapostas, isto é, não ligadas por conjunção.
- 2) A vírgula também é empregada para indicar a elipse (ocultação) de verbo ou outro termo anterior.
- 3) A vírgula é sempre utilizada entre termos que mantêm entre si estreita ligação sintática – por exemplo, entre sujeito e verbo, entre verbos ou nomes e seus complementos.
- 4) A vírgula é fundamental para marcar o tempo de respiração.
- 5) A vírgula deve ser usada para separar vocativos, apostos e orações adjetivas explicativas.

Estão corretas as assertivas

- (A) 1, 3 e 5. (D) 1, 2 e 5.
(B) 1, 3 e 4. (E) 2, 4 e 5.
(C) 2, 3 e 4.

- **Informática**

26 Paulo possui uma pasta em seu computador com vários tipos de arquivo. Foi solicitado que ele selecionasse um arquivo de áudio, um arquivo de imagem e um arquivo de processamento de texto nativo do LibreOffice Writer. Para isso, Paulo selecionou, correta e respectivamente, os seguintes arquivos:

- (A) audio.mp3, imagem.avi e writer.ods
- (B) audio.asp, imagem.wma e writer.ots
- (C) audio.mp3, imagem.jpg e writer.odt
- (D) audio.png, imagem.mpg e writer.otp
- (E) audio.wmv, imagem.gif e writer.odp

27 Ana fez o *backup* dos arquivos de trabalho dos dias pares do seu computador utilizando uma mídia removível por meio dos comandos “copiar e colar” do sistema operacional. Nesse caso ela utilizou um *backup* do tipo

- (A) diferencial. (D) de cópia.
- (B) diário. (E) normal.
- (C) incremental.

28 “Ryzen” e “discos rígidos SSD” são exemplos de *hardware* para utilização, respectivamente, em:

- (A) placa-mãe e processador.
- (B) processador e memória secundária.
- (C) memória secundária e memória principal.
- (D) placa de vídeo e placa-mãe.
- (E) memória principal e placa de vídeo.

29 Nos monitores de tela de cristal líquido (LCD), a imagem é construída por meio de células retangulares dispostas em três cores primárias para formarem os *pixels*. Essas cores primárias são:

- (A) vermelho, verde e azul.
- (B) cinza, preto e branco.
- (C) vermelho, azul e amarelo.
- (D) preto, vermelho e cinza.
- (E) azul, amarelo e verde.

30 Gilberto está no computador e, sem usar teclas de atalho, quer com apenas um clique de *mouse* chegar ao local no Windows 10 onde ele pode visualizar todos os acessos referentes às configurações do sistema operacional. Nesse caso, Gilberto deve clicar em

- (A) gerenciador do computador.
- (B) contas de usuários.
- (C) windows explorer.
- (D) painel de controle.
- (E) adicionar ou remover programas.

31 Um usuário do sistema operacional Linux foi questionado sobre o que seria “SuSE” e “Gnome”. Ele respondeu, de forma correta, que se trata, respectivamente, de

- (A) diretório e distribuição.
- (B) distribuição e interface gráfica.
- (C) interface gráfica e sistema de arquivo.
- (D) sistema de arquivo e comando.
- (E) comando e diretório.

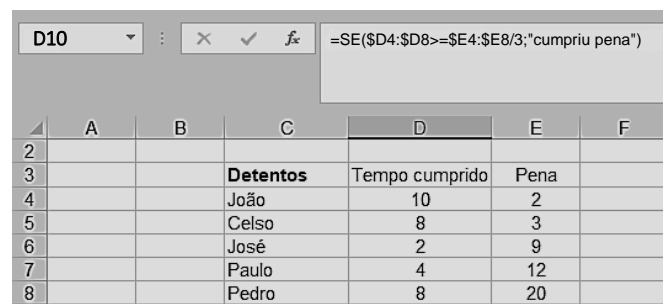
32 No trabalho, um colega questiona qual das seguintes opções seria uma característica pertinente a um *software* livre. A resposta correta para essa pergunta é

- (A) ter direito de *copyright*.
- (B) não permitir modificação.
- (C) ter distribuição gratuita.
- (D) ser *freeware*.
- (E) possuir código aberto.

33 Você está utilizando o MS Word 2010 e precisa de um recurso para contabilizar, de modo imediato, as linhas e parágrafos utilizados em um texto digitado. Para isso, você deve selecionar o texto digitado e clicar no comando

- (A) “contar palavras”. (D) “macros”.
- (B) “régua”. (E) “autocorreção”.
- (C) “pincel”.

34 Observe a seguinte planilha com uma fórmula digitada no MS Excel 2010.



	A	B	C	D	E	F
2						
3			Detentos	Tempo cumprido	Pena	
4			João	10	2	
5			Celso	8	3	
6			José	2	9	
7			Paulo	4	12	
8			Pedro	8	20	

Os resultados apresentados pelo Excel, após a aplicação da fórmula, especificamente para o detento Paulo e o detento José são, respectivamente,

- (A) cumpriu pena e não cumpriu pena.
- (B) cumpriu pena e cumpriu pena.
- (C) FALSO e cumpriu pena.
- (D) FALSO e FALSO.
- (E) cumpriu pena e FALSO.

35 Você observou que o *Google Chrome* permite que sejam salvos, localmente, no seu computador, imagens e arquivos para que a navegação seja mais rápida quando a página for aberta novamente. Esse recurso é conhecido como

- (A) *pop-up*. (D) domínio.
(B) diretório. (E) *upload*.
(C) *cache*.

• **Raciocínio Lógico**

36 Os subconjuntos de números inteiros X e Y são dados por: $X = \{3,4,5,7,16,17\}$, $Y = \{1,2,3,5,6,9,10,17\}$.

Nas condições acima, o conjunto $Y-X$ é dado por:

- (A) $\{3,5,17\}$ (D) $\{1,2,4,7,16\}$
(B) $\{4,7,16\}$ (E) $\{1,2,6,9,10\}$
(C) $\{-4, -7, -16\}$

37 Em pesquisa realizada com um grupo de policiais, foram feitas duas perguntas, sendo que a resposta de cada uma delas só poderia ser SIM ou NÃO. Dos pesquisados, 12 responderam SIM à primeira pergunta, oito responderam SIM à segunda pergunta, cinco responderam SIM às duas e seis responderam NÃO a ambas. Calculando-se o número de policiais pesquisados, encontra-se o total de

- (A) 19. (D) 26.
(B) 20. (E) 31.
(C) 21.

38 Considere a afirmação: "Não é verdade que todo prisioneiro do sexo masculino é violento". Se essa afirmação é verdadeira, então, necessariamente,

- (A) todos os presidiários do sexo masculino não são violentos.
(B) existe, pelo menos, um presidiário do sexo masculino que não é violento.
(C) somente as presidiárias do sexo feminino são violentas.
(D) existe, no máximo, um presidiário do sexo masculino que não é violento.
(E) existe, pelo menos, um presidiário do sexo feminino que é violento.

39 Em relação ao horário de trabalho de seis funcionários (Ary, Luís, Paulo, Caio, José, Pedro), sabe-se que: Ary chegou às 8 horas e antes de Luís e Paulo. Paulo chegou antes de José. Caio e Pedro chegaram antes de Ary. José não foi o último a chegar e Caio não foi o primeiro. A quarta pessoa a chegar foi

- (A) Paulo, que chegou após 8 horas.
(B) José, que chegou após 8 horas.
(C) Luís, que chegou após 8 horas.
(D) Caio, que chegou antes de 8 horas.
(E) Ary, que chegou às 8 horas.

40 Para certa partida de futebol, foram vendidos, antecipadamente, em três dias, segunda-feira, terça-feira e quarta-feira, o total de 37.650 ingressos. Na terça-feira, foram vendidos o dobro de ingressos vendidos na segunda-feira, mais 300 ingressos. Na quarta-feira, foram vendidos o dobro de ingressos vendidos na terça-feira. O número de ingressos vendidos na segunda-feira foi, exatamente

- (A) 5270. (D) 5255.
(B) 5265. (E) 5250.
(C) 5260.

BLOCO 2 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

• **Direito Constitucional**

41 A segurança pública é um dever do Estado e um direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Considerando o disposto no artigo 144, da Constituição Federal de 1988, são exemplos de órgãos que atuam no exercício da segurança pública:

- (A) Polícias militares, polícias civis e polícias penais municipais.
(B) Polícias penais municipais, polícias militares e corpos de bombeiros militares.
(C) Polícias militares, polícias civis e corpos de bombeiros civis.
(D) Polícia federal, polícia penal distrital e corpos de bombeiros militares.
(E) Polícia federal, polícias militares e Ministério Público.

42 À luz dos direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir:

- I Em casos de infrações disciplinares, a Polícia Penal está autorizada a submeter o preso a tratamento degradante.
II Não haverá, em hipótese alguma, pena de morte no Brasil.
III Serão asseguradas, às presidiárias, condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
IV A lei penal retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
V A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Estão corretas, apenas

- (A) I, II e III (D) II e IV
(B) II, III e IV (E) III e V
(C) II, III e V

48 O agente público que atua fora dos limites de sua competência administrativa age com

- (A) desvio de finalidade, que ocorre quando o agente público utiliza sua competência para fins diferentes daqueles previstos em lei, ainda que dentro dos limites de sua competência.
- (B) erro de procedimento, que se caracteriza pela adoção de procedimentos inadequados ou incorretos, sem que isso implique, necessariamente, abuso de poder.
- (C) excesso de poder, que caracteriza abuso de autoridade e pode ensejar a responsabilização civil, penal e administrativa do agente.
- (D) incompetência absoluta, tornando nulos os atos praticados, já que esse agente não possui qualquer poder para agir na matéria em questão.
- (E) excesso de zelo, o que pode resultar em medidas mais rigorosas, mas ainda dentro da legalidade, desde que respeitados os direitos dos administrados.

49 Um jovem, morador de um Estado da União, foi atingido por uma bala perdida, enquanto jogava videogame no interior de sua residência, durante uma operação policial em sua região. Após o incidente, o jovem precisou ser hospitalizado e ficou com sequelas permanentes que o impedem de se locomover. Ele decidiu processar o Estado, pleiteando indenização pelos danos sofridos. À luz da Teoria do Risco Administrativo e da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) o Estado será responsabilizado objetivamente, devendo indenizar o jovem pelos danos materiais e morais sofridos, salvo se houver comprovação de que o disparo foi resultado de força maior ou culpa exclusiva da vítima.
- (B) o Estado só será responsabilizado se for comprovado que o policial agiu com dolo ou culpa grave no disparo da arma.
- (C) o Estado não poderá ser responsabilizado, pois a operação policial visava a segurança pública e o disparo foi feito em legítima defesa.
- (D) o Estado será responsabilizado apenas pelos danos materiais sofridos pelo jovem, pois os danos morais não são abrangidos pela Teoria do Risco Administrativo.
- (E) a responsabilidade do Estado depende da comprovação de que o jovem não estava em situação de risco ou perigo no momento do disparo.

50 Em uma unidade prisional estadual, um apenado sofreu graves ferimentos durante uma briga com outro detento em uma área da prisão que estava inadequadamente monitorada. Apesar das denúncias anteriores sobre a falta de segurança e das solicitações

de providências por advogado, familiares e instituições da sociedade civil, a administração prisional não tomou as medidas necessárias para melhorar a segurança. A família do preso ajuizou uma ação contra o Estado, buscando indenização pelos danos sofridos.

Com base na Teoria da Responsabilidade por Omissão do Estado, corroborada na jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

- (A) o Estado não será responsabilizado, pois a responsabilidade por omissão só se aplica se houver culpa ou dolo por parte dos responsáveis.
- (B) o Estado será responsabilizado somente se for comprovado que a omissão teve um impacto direto e imediato no dano sofrido pelo preso.
- (C) a responsabilidade do Estado por omissão só é cabível se a omissão resultar em danos materiais, não sendo aplicável a indenização por danos morais.
- (D) o Estado pode ser responsabilizado objetivamente, devendo indenizar a família do preso pelos danos materiais e morais, desde que seja comprovado o nexo causal entre a omissão e o dano.
- (E) a responsabilidade do Estado por omissão só é aplicável se houver uma falha na previsão legal específica para a segurança dos presos, não se considerando a falta de medidas de segurança em si.

51 João Silva é servidor público no Departamento de Licitações do Governo Estadual. Durante a avaliação de propostas para a contratação de uma empresa para fornecimento de material de leitura para as unidades prisionais do estado, João, que tem amizade pessoal com Ana, uma das editoras concorrentes, decide intervir indevidamente no processo. Ele altera os critérios de avaliação para beneficiar a proposta de Ana, revela informações confidenciais sobre a proposta de Carlos, outro concorrente, e orienta alguns membros da Comissão de Licitação para desconsiderar pontos importantes da proposta de Carlos.

Considerando o caso descrito, os princípios da Administração Pública violados por João Silva foram os seguintes:

- (A) Princípio da Legalidade e Princípio da Publicidade.
- (B) Princípio da Moralidade e Princípio da Eficiência.
- (C) Princípio da Legalidade e Princípio da Impessoalidade.
- (D) Princípio da Publicidade e Princípio da Eficiência.
- (E) Princípio da Impessoalidade e Princípio da Moralidade.

52 De acordo com a Lei de Acesso à Informação, quando não for possível acesso imediato à informação disponível, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 dias,

- (A) enviar ao requerente apenas a razão da negativa e a possibilidade de recurso, sem necessidade de informar o fundamento legal ou a autoridade classificadora.
- (B) indicar as razões de fato ou de direito da recusa total ou parcial do acesso pretendido ou comunicar que não possui a informação.
- (C) comunicar somente o prazo para recurso e a indicação da autoridade que irá apreciá-lo, sem necessidade de fornecer informações sobre a classificação ou o código de indexação, quando classificados sigilosos.
- (D) fornecer um formulário padrão para apresentação de recurso ou pedido de desclassificação, sem comunicar o fundamento legal da negativa.
- (E) comunicar que os órgãos e entidades não são obrigados a fornecer informações sobre a autoridade que classificou a informação ou o código de indexação quando classificados como sigilosos, apenas a razão da negativa e a possibilidade de recurso.

• **Direito Penal e Legislação Especial**

53 O diretor de uma importante autarquia subtraiu a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dos cofres da instituição diretamente para suas contas bancárias no exterior, valendo-se da facilidade que a condição de funcionário autárquico lhe proporcionou para ter acesso à tal quantia. Com essa conduta, esse diretor responderá pelo crime de

- (A) peculato-furto, por se tratar o agente de funcionário público por equiparação.
- (B) furto qualificado com abuso de confiança, por se tratar o agente de pessoa que tinha acesso facilitado à quantia subtraída, mas não se caracteriza como funcionário público para fins penais por atuar em uma autarquia.
- (C) peculato-desvio, por se tratar o agente de funcionário público por equiparação.
- (D) peculato-apropriação, por se tratar o agente de funcionário público por equiparação.
- (E) peculato-furto com aumento de pena previsto no artigo 327, §2º, do Código Penal, por se tratar o agente de diretor de uma importante autarquia.

54 Sobre o Princípio da Ultratividade da Lei Penal, indique a opção correta.

- (A) Esse instrumento não se aplica às leis penais temporárias ou excepcionais.
- (B) Esse instrumento se aplica apenas aos casos de crimes de competência do tribunal do júri em virtude da gravidade dos delitos.
- (C) A ultratividade da lei penal sempre ocorrerá em prejuízo do réu.
- (D) Somente ocorrerá a ultratividade da lei penal em prejuízo do réu nos casos de reincidência do mesmo.
- (E) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

55 Em relação ao cumprimento das penas privativas de liberdade previsto no Código Penal, identifique a opção INCORRETA.

- (A) O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.
- (B) O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.
- (C) O condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá cumprir a pena integralmente em regime fechado.
- (D) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
- (E) Considera-se regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

56 Em relação às condutas configuradas como crime de abuso de autoridade, conforme a Lei nº 13.869/2019, considere as assertivas:

- I Constranger o preso, mediante violência, a exhibir-se à curiosidade pública não configura crime de abuso de autoridade.
- II Submeter a vítima de infração penal a procedimentos desnecessários que a leve a reviver situações de violência constitui crime de abuso de autoridade.
- III Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado é tipificado como crime de abuso de autoridade.
- IV Manter presos de ambos os sexos na mesma cela não é considerado crime de abuso de autoridade.

V Permitir que terceiros intimidem a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, acarreta ao agente público, aumento da pena conforme a Lei.

Pode-se afirmar que

- (A) apenas I, II e IV estão incorretas.
- (B) apenas II, III e IV estão corretas.
- (C) apenas I, III e V estão corretas.
- (D) apenas I e IV estão incorretas.
- (E) todas estão corretas.

57 José foi condenado por diversos crimes, totalizando uma soma de penas privativas de liberdade que chega a 50 anos. Segundo a nova redação do art. 75 do Código Penal, o tempo de cumprimento da pena de José deve ser tratado da seguinte maneira:

- (A) José deverá cumprir integralmente o tempo das penas privativas de liberdade fixadas em sentença.
- (B) As penas deverão ser unificadas e ele deverá cumprir no máximo 35 anos de pena privativa de liberdade.
- (C) José poderá cumprir penas superiores a 50 anos se houver reincidência anterior ao início de sua pena.
- (D) José deverá cumprir apenas a pena correspondente ao crime mais grave.
- (E) As penas de José deverão ser unificadas e ele deverá cumprir no máximo 40 anos de pena privativa de liberdade.

58 Caio estava em cumprimento de pena privativa de liberdade. Por vários dias, solicitou atendimento médico devido a sintomas recorrentes de febre, dores de cabeça, falta de ar e tosse. Apesar das queixas, o policial penal responsável por seu pavilhão afirmou que se tratava apenas de um resfriado, que não tinha necessidade de atendimento médico e que iria passar. Revoltado, Caio agiu de forma ríspida, xingando o servidor que prontamente considerou o comportamento falta grave e o enviou para o isolamento. Ao final do décimo dia de isolamento, Caio desmaiou, foi hospitalizado e foi a óbito poucas horas depois. O médico que o atendeu atestou que havia um processo infeccioso no pulmão, agravado pela demora no atendimento. A conduta do funcionário configura o seguinte tipo penal:

- (A) homicídio culposo porque agiu com imprudência, negligência e perícia.
- (B) homicídio doloso porque a ele incumbia o dever jurídico de agir para evitar o ocorrido.
- (C) conduta atípica, por superveniência de causa absolutamente independente.

- (D) crime de tortura por submeter pessoa sujeita à medida de segurança a sofrimento físico e mental, omitindo-se, quando tinha o dever de evitá-los.
- (E) crime de omissão de socorro, qualificado pelo ocorrido.

• Direito Processual Penal

59 Considerando os conhecimentos acerca da execução das medidas de segurança estampados nos artigos 751 e seguintes do Código de Processo Penal, analise as assertivas a seguir:

- I Durante a execução da pena ou durante o tempo em que a ela se furtar o condenado, poderá ser imposta medida de segurança, se o juiz ou o tribunal, na sentença, deixar de aplicá-la ou de excluí-la expressamente.
- II A ordem de internação, expedida para executar-se medida de segurança detentiva, conterà a qualificação do internando, o teor da decisão que tiver imposto a medida de segurança e a data em que terminará o prazo mínimo da internação.
- III Se estiver solto o internando, expedir-se-á mandado de captura, que será cumprido por oficial de justiça ou por autoridade policial.
- IV A internação das mulheres não precisará ser feita em estabelecimento próprio ou em seção especial.
- V Em caso de trabalho, a metade do salário caberá ao Estado ou, no Distrito Federal e nos Territórios, à União, e o restante será depositado em nome do internado ou, se este preferir, entregue à sua família.

Está(ão) correta(s) apenas

- (A) I, II e III. (D) II e III.
- (B) I, II, III e IV. (E) V.
- (C) I e V.

60 Paulo, após a extinção da pena privativa de liberdade a qual havia sido condenado, ainda irrisignado com a pena extinta, consultou seu advogado acerca das medidas judiciais a serem adotadas em virtude de tal irrisignação. Nessa consulta, o advogado o orientou a impetrar *Habeas Corpus*, visando resguardar seus direitos. Analisando o caso concreto narrado, à luz da Súmula nº 695 do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.

- (A) É cabível a impetração de *habeas corpus*, pois se trata de um remédio constitucional aplicável em qualquer situação, mesmo quando a liberdade não mais está sob ameaça.
- (B) Caberá a impetração de *habeas corpus* haja vista tratar-se de um remédio constitucional que poderá servir como medida que visa a indenização de Paulo em virtude do cumprimento indevido da pena.

- (C) Não caberá *habeas corpus*, mas caberá mandado de segurança visando o livramento condicional de Paulo.
- (D) Não caberá *habeas corpus*, por já se encontrar extinta a pena privativa de liberdade de Paulo.
- (E) Caberá sim a impetração de *habeas corpus*, pois Paulo poderá ser indenizado pelo tempo em que permaneceu privado de liberdade indevidamente.

61 Um policial penal da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, ao tomar ciência da ordem judicial que determinou a soltura de preso acautelado na unidade prisional em que atua resolveu, injustificadamente, procrastinar a soltura do referido preso.

Na forma do artigo 655 do Código de Processo Penal, o policial penal será

- (A) advertido verbalmente.
- (B) multado, sem prejuízo das penas em que incorrer, em razão da sua conduta.
- (C) preso imediatamente em razão da sua conduta.
- (D) premiado por sua conduta.
- (E) demitido sumariamente.

62 De acordo com o entendimento da segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF), poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar (artigo 318 e incisos, CPP) quando

- (A) o agente for homem e possuir filho menor de 12 anos de idade, independentemente de ser o único responsável pelos cuidados do filho.
- (B) o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 anos de idade, desde que comprove a indispensabilidade da sua presença para tais cuidados.
- (C) a gestante estiver no segundo trimestre de gravidez, sendo necessário comprovar a gravidez de alto risco.
- (D) a mulher for mãe de filho menor de 12 anos de idade, sendo comprovada a indispensabilidade da sua presença para prestar cuidados ao filho.
- (E) o agente for mulher mãe de filho de até 12 anos de idade incompletos, sem necessidade de comprovação de indispensabilidade da sua presença para prestar cuidados ao filho.

63 O Princípio da Não Autoincriminação, conforme interpretado pelo ordenamento jurídico brasileiro, garante ao acusado, em um processo penal, o direito de

- (A) permanecer em silêncio, o direito de não ser constrangido a confessar a prática de ilícito penal, e a exigência de falar a verdade, mesmo que isso o incrimine.

- (B) permanecer em silêncio, o direito de não ser constrangido a confessar, o direito de não praticar comportamentos ativos que o incriminem, e o direito de não produzir provas invasivas.
- (C) mentir em qualquer circunstância durante o processo, incluindo a apresentação de falsas acusações contra terceiros, ante a ausência do crime de perjúrio para o réu.
- (D) não praticar qualquer comportamento ativo que possa incriminá-lo, o direito de não produzir provas invasivas e a obrigação de colaborar com todas as investigações policiais.
- (E) não responder às perguntas da acusação, o direito de não produzir provas contra si mesmo e a obrigatoriedade de testemunhar contra outros acusados no mesmo processo.

64 Com base nos entendimentos jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do monitoramento eletrônico, indique a opção correta sobre o descumprimento das condições relacionadas ao uso da tornozeleira eletrônica.

- (A) A falha no carregamento da tornozeleira eletrônica configura falta grave, pois impede o monitoramento do apenado, o que é equivalente a uma fuga.
- (B) O não carregamento da tornozeleira eletrônica não configura falta grave, mas apenas um descumprimento de condição obrigatória, sem maiores consequências.
- (C) O não carregamento da tornozeleira eletrônica configura falta grave apenas se resultar em um período superior a 24 horas de inoperância do dispositivo.
- (D) O STJ não possui entendimento consolidado sobre o não carregamento da tornozeleira eletrônica, deixando a decisão a critério do juiz natural.
- (E) A falha no carregamento da tornozeleira eletrônica não configura falta grave, mas pode resultar em advertência ao apenado sem outras consequências.

• Direitos Humanos

65 Sobre as características dos direitos humanos, considere as seguintes afirmações:

- I A indivisibilidade refere-se à ideia de que todos os direitos humanos possuem a mesma proteção jurídica e são interdependentes, sem hierarquia entre eles.
- II A universalidade dos direitos humanos indica que esses direitos são aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de sua cultura ou nacionalidade.

- III A indisponibilidade, ou irrenunciabilidade, refere-se à impossibilidade de um titular abrir mão dos seus direitos humanos, em qualquer hipótese.
- IV A imprescritibilidade refere-se ao fato de que os direitos humanos não podem ser vendidos ou transferidos.

Estão corretas:

- (A) apenas I
- (B) apenas I e II
- (C) apenas II e III
- (D) apenas IV
- (E) todas

66 De acordo com as Regras de Mandela, identifique, dentre as opções a seguir, aquela que possui os requisitos principais para a realização de inspeções em estabelecimentos prisionais.

- (A) As inspeções devem ser realizadas com a devida comunicação prévia à direção do presídio, garantindo que a segurança dos inspetores seja assegurada.
- (B) As inspeções devem ser conduzidas exclusivamente por órgãos independentes, para evitar que a administração prisional manipule os resultados.
- (C) Relatórios detalhados das inspeções devem ser divulgados publicamente, a menos que questões de segurança ou privacidade dos presos exijam restrições.
- (D) As inspeções devem ser rápidas e não interferir nas rotinas diárias dos presos para manter a normalidade do ambiente prisional.
- (E) As inspeções devem ser realizadas por inspetores qualificados e experientes, incluindo profissionais de saúde, para garantir uma avaliação completa das condições prisionais.

67 A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, assinada em 1985, estabelece diversas obrigações para os Estados signatários no combate à tortura e a outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Considerando os princípios e objetivos da Convenção, identifique a opção correta:

- (A) Considera tortura apenas os atos que causam dor física severa, excluindo os atos que resultam em sofrimento psicológico.
- (B) Permite a aplicação de tortura em situações excepcionais, como em estados de guerra ou de grave ameaça à segurança pública.
- (C) Não faz menção a tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, tratando apenas da prática de tortura.

- (D) Os Estados signatários não têm a obrigação de extraditar ou processar pessoas acusadas de tortura, pois essa é uma decisão discricionária de cada Estado.
- (E) Compromete os Estados Partes a adotar medidas legislativas, administrativas e judiciais para prevenir e punir a tortura.

68 O Supremo Tribunal Federal (STF) desempenha um papel fundamental na interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos Direitos Humanos, garantindo que os direitos e liberdades fundamentais sejam respeitados no ordenamento jurídico brasileiro.

Considerando as decisões do STF em relação a esses tratados, indique a opção correta.

- (A) O STF entende que o princípio do *ne bis in idem* não se aplica às jurisdições internacionais, de modo que um indivíduo pode ser julgado e condenado pelo mesmo fato em tribunais de diferentes países, mesmo que uma decisão anterior já tenha transitado em julgado.
- (B) O STF declarou a inconstitucionalidade do crime de desacato previsto no artigo 331 do Código Penal Brasileiro, por entender que tal tipo penal viola a liberdade de expressão assegurada pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
- (C) Segundo o STF, a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista é compatível com a liberdade de expressão prevista na Constituição Federal e na Convenção Americana de Direitos Humanos, pois garante a qualidade da informação veiculada à sociedade.
- (D) O STF, em decisão liminar na ADPF 347, reconheceu que a realização de audiência de custódia é obrigatória para garantir os direitos previstos no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e na Convenção Americana de Direitos Humanos, como uma medida essencial do devido processo legal.
- (E) O STF entende que o direito de propriedade de comunidades quilombolas sobre suas terras tradicionais não está amparado por tratados internacionais de direitos humanos, deixando essa questão ao critério discricionário do legislador nacional.

69 Com base no Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, identifique a opção correta sobre as diretrizes para a criação de um relatório geral ou especial sobre a situação dos direitos humanos em um determinado país.

- (A) O relatório pode ser elaborado a partir de informações obtidas durante visitas *in loco*, mas deve ser publicado sem a revisão de nenhuma das partes envolvidas, garantindo total imparcialidade.
- (B) O relatório deve incluir apenas observações feitas durante a visita *in loco*, não devendo considerar as informações fornecidas por organizações não governamentais ou outras fontes externas.
- (C) O relatório deve ser preparado com base em informações obtidas durante visitas *in loco* e também pode incluir dados coletados de fontes externas, como organizações da sociedade civil e ONGs, para garantir uma visão completa da situação.
- (D) O relatório deve ser preparado exclusivamente com base em documentos fornecidos pelo governo do país em questão e não pode incluir informações obtidas durante visitas *in loco* ou de fontes externas.
- (E) O relatório deve ser aprovado pelo governo do país em questão antes de ser publicado, para assegurar que todas as informações contidas sejam precisas e não causem conflitos diplomáticos.

70 De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), toda pessoa acusada de um crime terá direito, de forma equitativa, à seguinte garantia mínima:

- (A) O direito a ser julgado exclusivamente por um tribunal militar, se o crime estiver relacionado a questões de segurança nacional, sem a possibilidade de apelação.
- (B) O direito a um julgamento realizado em segredo, com a presença obrigatória de um representante do governo para garantir a segurança nacional.
- (C) O direito a escolher qualquer tipo de punição para si mesmo, desde que o tribunal aprove, e a possibilidade de autodefesa sem a necessidade de representação legal.
- (D) O direito a um julgamento público, realizado por um tribunal competente, independente e imparcial, e o direito de ser assistido por um advogado de sua escolha.
- (E) O direito de permanecer em silêncio durante todo o processo, com a opção de não comparecer às audiências, desde que apresente uma justificativa por escrito.

• Legislação Específica para o Cargo

71 Considerando o disposto nos artigos 82 e seguintes da Lei nº 7.210/1984, analise as assertivas a seguir:

- I Os estabelecimentos penais destinam-se apenas aos condenados.
- II A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.
- III O mesmo conjunto arquitetônico não poderá, em hipótese alguma, abrigar estabelecimentos de destinação diversa.
- IV O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.
- V O preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos ficará segregado em local próprio.

Estão corretas apenas

- (A) I, IV e V.
- (B) I e III.
- (C) II, IV e V.
- (D) II e III.
- (E) IV e V.

72 A seguir, têm-se princípios que norteiam a Polícia Penal, na forma da Lei Orgânica da Polícia Penal do Estado do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 206/2022), EXCETO:

- (A) Classificação de presos nas Unidades Prisionais.
- (B) Proteção dos direitos humanos e respeito à dignidade da pessoa humana.
- (C) Legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, proporcionalidade, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- (D) Interatividade, integração e participação comunitária.
- (E) Promoção de produção de conhecimento sobre atividades atreladas à execução penal.

73 De acordo com o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro (aprovado pelo Decreto nº 2.479/1979), todas as opções a seguir são deveres do servidor público, EXCETO:

- (A) Urbanidade.
- (B) Assiduidade e boa conduta.
- (C) Zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado.
- (D) Observância às ordens superiores, inclusive quando manifestamente ilegais.
- (E) Submeter-se à inspeção médica determinada por autoridade competente, salvo justa causa.

74 Em relação aos estabelecimentos penais abordados na Lei nº 7.210/1984, indique a opção correta.

- (A) A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime aberto.
- (B) A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.
- (C) A cadeia pública destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado.
- (D) A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, nos regimes fechado e semiaberto, bem como aos presos provisórios.
- (E) O Centro de Observação destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis.

75 São princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), na forma da Lei nº 13.675/2018, EXCETO o seguinte:

- (A) atendimento imediato ao cidadão.
- (B) respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos.
- (C) publicidade das informações não sigilosas.
- (D) proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente.
- (E) eficiência na repressão e na apuração das infrações penais.

76 Em relação às atribuições de um Policial Penal, considere os seguintes procedimentos:

- I Realizar a segurança e o policiamento preventivo e repressivo, interno, externo e aéreo, desenvolvendo atividades policiais em toda área de atuação do controle e fiscalização da execução penal.
- II Promover a custódia das pessoas privadas de liberdade, estejam elas cumprindo prisão provisória ou pena.
- III Realizar investigações criminais e conduzir inquéritos policiais relacionados a crimes cometidos dentro dos estabelecimentos penais.
- IV Zelar pela disciplina da pessoa privada de liberdade, bem como instaurar e conduzir procedimentos apuratórios de infrações disciplinares cometidas pelas pessoas sob custódia, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.
- V Buscar a erradicação da pobreza e da marginalidade e a redução de desigualdades sociais e regionais.

Correspondem a atribuições do cargo de Policial Penal, sem prejuízo de outras atividades previstas na Lei de Execução Penal e na Lei Orgânica da Polícia Penal,

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas III e V.
- (E) Todas.

77 Considerando as diretrizes estabelecidas na Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226 de 31/12/2010, que regula o uso da força pelos agentes de segurança pública, a ação obrigatória para os órgãos de segurança pública em situações de lesão ou morte decorrente do emprego da força é

- (A) promover o uso indiscriminado de armas de fogo, visando a contenção rápida da situação.
- (B) omitir a comunicação do fato ao superior imediato e à autoridade competente, a fim de evitar possíveis sanções.
- (C) facilitar a prestação de socorro ou assistência médica aos feridos, garantindo atendimento imediato e adequado.
- (D) deixar de preencher o relatório individual sobre o uso da força, dificultando a análise e investigação do ocorrido.
- (E) recolher os documentos de todos os envolvidos.

78 De acordo com o Decreto nº 40.013/2006, no âmbito do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, NÃO configura uma falta grave:

- (A) Falta de assiduidade e a pontualidade.
- (B) Divulgação de notícias sobre ocorrências de serviços em desenvolvimento ou realizados no Sistema Penitenciário.
- (C) Maltrato de preso ou de internado, sob sua guarda, ou uso de força desnecessária no exercício da função.
- (D) Desrespeito ou procrastinação ao cumprimento de decisão judicial ou administrativa.
- (E) Fornecimento de informações inexatas, alterando ou desfigurando propositadamente as verdadeiras.

79 Com base no Decreto nº 40.013, de 28 de setembro de 2006, que dispõe sobre o Código de Ética dos servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, identifique a opção que apresenta corretamente uma conduta ética esperada de um servidor.

- (A) O servidor pode permitir que sentimentos pessoais influenciem suas decisões, desde que isso favoreça a integração e o trabalho em equipe.
- (B) O servidor deve evitar compartilhar conhecimentos com colegas que estejam em cargos de chefia para manter a segurança das informações.
- (C) O servidor, ao atender pressões externas de superiores hierárquicos, deve priorizar o bem-estar de sua equipe, mesmo que isso implique em vantagens moralmente questionáveis.

- (D) O servidor pode revelar tibieza em situações de perigo ou abuso se a sua segurança estiver em risco, conforme as diretrizes do Código de Ética.
- (E) O servidor deve abster-se de atender a pressões externas que visem à obtenção de favores ou vantagens, comunicando ao superior hierárquico qualquer ocorrência.

80 De acordo com Decreto Estadual (RJ) nº 8.897/86 o preso que, de qualquer modo, concorre para a prática de falta disciplinar incide nas sanções a ela cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Considere os itens a seguir referentes à classificação das faltas disciplinares:

- I portar objeto ou valor, além do regularmente permitido – FALTA MÉDIA;
- II simular ou provocar doença ou estado de precariedade física para eximir-se de obrigação – FALTA LEVE;
- III ausentar-se dos lugares em que deva permanecer – FALTA MÉDIA;
- IV desobedecer aos horários regulamentares – FALTA MÉDIA
- V entregar ou receber objetos sem a devida autorização – FALTA MÉDIA;
- VI efetuar ligação telefônica sem autorização – FALTA LEVE.

Denotando por V os itens verdadeiros e por F os falsos, a ordem correta de cima para baixo é:

- (A) V; V; V; F; F; F. (D) V; F; V; V; F; F.
- (B) F; V; F; F; V; F. (E) F; V; V; V; F; V.
- (C) V; F; V; V; F; V.

Espaço reservado para rascunho

